

# À SOMBRA DE UM BAOBÁ OS NAMBIQUARA: ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA

## IN THE SHAD OF BAOBAB: MAMBIQUARA BETWEEN THE ORAL AND WRITING

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa<sup>15</sup>

**RESUMO:** Este artigo divulga os resultados de uma comunicação oral proferida na Conferência Internacional Information society and oral cultures: challenges and opportunities, ocorrida em Dakar, Senegal, África, em 2010. Os países convidados apresentaram proposições para possibilitar o preenchimento da lacuna entre conhecimento oral e conhecimento escrito existente entre povos tradicionalmente ágrafos. As respostas atentaram para ações político-sociais que possibilitassem um mundo mais justo e humanitário. A palestra que representou o Brasil durante a conferência, “Povo indígena Nambiquara, Mato Grosso, Brasil: entre a oralidade e a escrita”, versou sobre a inserção da escrita entre os grupos indígenas Nambiquara do Cerrado. A análise entendeu a inserção da escrita na sociedade Nambiquara como um forte fator de mudança cultural.

**Palavras-chave:** Conhecimento oral. Conhecimento escrito. Povos tradicionalmente ágrafos. Nambiquara do Cerrado. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** This article discloses the results of an oral presentation given at the International Conference on Information society and oral cultures: challenges and Opportunities, held in Dakar, Senegal, Africa in 2010. Countries invited to present proposals to enable the filling of the gap between oral and written knowledge knowledge between peoples traditionally unwritten. Responses attended to political and social actions that would enable a fairer and more humane. The speech represented Brazil at the conference, "Indigenous People Nambiquara, Mato Grosso, Brazil: between orality and writing", was about the inclusion of writing among indigenous groups Nambiquara Cerrado. The analysis considered the inclusion of writing in society Nambiquara as a strong factor of cultural change.

**Keywords:** Knowledge oral. Written knowledge. People traditionally unwritten. Nambiquara Cerrado. Mato Grosso.

Pelas iniciativas das Bibliotecas do Goethe-Institut<sup>16</sup> de Johannesburg, de Dakar e de São Paulo, em parceria com a Ecole de Bibliothécaires, Archivistes et Documentalistes e com a Cheikh Anta Diop University, ambas de Senegal, recebi o convite para participar da Conferência Internacional “Information society and oral cultures: challenges and opportunities”. O evento aconteceu em Dakar, Senegal, no continente africano, no período de 17 a 19 de maio de 2010,<sup>17</sup> e a cerimônia de abertura contou com as participações do Ministro da Cultura, do Embaixador da Alemanha em Senegal, do Diretor do Goethe-Institut e do Reitor da Cheikh Anta Diop University. Entre os palestrantes achavam-se especialistas do Brasil, da África e da Alemanha.

A conferência dividiu-se em três momentos: comunicações, mesas redondas e propostas, todos envolvidos em uma preocupação central: preencher a lacuna entre o conhecimento oral e o conhecimento escrito existente entre povos tradicionalmente ágrafos. O que se quer é conhecer, no caso Nambiquara é a “parte oculta do iceberg” (VEYNE, 1988, p. 243) e “o que se passa entre” (DELEUZE, 1992, p. 151) a oralidade e a escrita. Nas palavras de Montenegro (2010, p. 31), “[...] a análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra”.

Na maioria das vezes, o conhecimento endógeno, transferido de forma oral, de geração a geração, não vem sendo registrado por escrito. Verifica-se, também, um aumento da distância entre as pessoas que têm acesso às informações e aquelas que não dispõem de uma infraestrutura técnica, de recursos financeiros e de condições sociais. As principais questões que a conferência se propôs a responder foram: De que forma

os conhecimentos endógenos das populações tradicionalmente ágrafas podem ser registrados pela escrita? Como aproximar esses dois mundos paralelos? Juntos, como esses conhecimentos podem ser usados para diminuir a fome e a pobreza, garantir saúde e possibilitar a inserção de uma parte ativa da sociedade na vida social e política?

Participar da conferência, dentre tantas oportunidades, propiciou-me sistematizar informações ressignificadas pela memória sobre o período em que convivi com os índios Nambiquara do Cerrado, a fim de implantar um programa experimental de educação escolar. Quando cheguei às aldeias, o ano de 1982 estava no primeiro mês da primavera e o cerrado nos recebia majestosamente com um extenso tapete de flores amarelas. Levar essa experiência para Dakar foi como estivesse à sombra de um baobá que havia descoberto nos escritos de Saint-Exupéry (2000). Quando menina, a preocupação do *Pequeno Príncipe* deixou-me aflita ao imaginar que as infinitas sementes de baobá caídas no chão infestariam o seu asteroide.

Os anos se passaram... Como alertou Saint-Exupéry, um baobá, se não o descobrimos de imediato nunca mais nos livramos dele. Novamente deparei-me com a *Adansonia digitata*, emblema nacional do Senegal, árvore de “portinarianas coxas”, como a descreveu o poeta João Cabral de Melo Neto em *O Baobá no Senegal* (1985). Ao contrário, não penso mais em arrancar seus brotos do chão. Aprendo com os wolofes<sup>18</sup> outras lições sobre a árvore mítica da savana africana. Os baobás “são como muitos corações abraçados, fortes e inabaláveis. Mas também são retorcidos, como as voltas de uma história” (SISTO, 2007, p. 137). E como a figueira, Haluhalunekisu, a árvore mítica do Nambiquara do Cerrado que vive no espaço celestial e visível somente aos olhos do pajé, foi do céu que veio o baobá dos africanos.

Minha apresentação em Dakar versou sobre a inserção da escrita entre os Nambiquara do Cerrado, de cultura ágrafa, e que na década de 1960 passaram a conhecê-la. A partir de então, paulatinamente, a educação escolar vem tomando parte da vida tribal, trazendo mudanças consideráveis em sua ordem social.

Atualmente, os Nambiquara somam em torno de 2000 índios, divididos em mais de trinta grupos que habitam três ecossistemas, a Oeste do Mato Grosso e Sul de Rondônia: Serra do Norte, Vale do Guaporé, Chapada dos Parecis, este último, objeto desta apresentação. No cerrado moram aproximadamente 450 integrantes dos grupos Halotesu, Sawentesu, Wakalitesu, Kithãulhu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu, ocupando a Terra Indígena Nambikwara.

A atribuição recebida em 1982 foi a de implantar um programa de educação escolar indígena direcionado às suas necessidades emergentes, principalmente àquelas decorrentes do asfaltamento da rodovia BR-364. Esperava-se que essa estrada atraísse um contingente de trabalhadores de diferentes partes do país, e sua abertura atingiria vários territórios indígenas, dentre eles, o Nambiquara. Como um dos condicionantes do Banco Mundial, instituição financiadora, as populações que viviam às suas margens, indígenas e não indígenas, deveriam receber atenção especial para que não sofressem tanto com o impacto que a movimentação da estrada traria às suas vidas.

A tradição oral entre os Nambiquara continua, ainda, a florescer, mesmo diante da inserção da escrita nas aldeias. O relato consiste na experiência passada de pessoa para pessoa e entendida como a fonte de todos os narradores anônimos e como conceituou Walter Benjamin (1994, p. 205), é “uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador

para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” Para eles, a história é aquilo que é guardado na memória, sendo os mais velhos seus guardiões, os memoriosos, depositários de seu legado e, por isso, muito respeitados. A narrativa indígena partilha de lembranças referentes às práticas, aos conhecimentos sagrados, repetida no fio tênue do tempo e reflete uma condição que transcende o convencional e gera um estado de saber oriundo da ação do pajé, o detentor do poder espiritual. Ao descortinar sua ação, revela-se da forma que se imagina, conserva, apropria em “teias de significados” a ideia de território e de visão de mundo (GEERTZ, 1978).

Os relatos orais “ocupam um papel crucial na história, tecendo a memória pelas linhas do tempo e dos espaços vividos, que contém sinais reveladores de sua existência” (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 539). Os relatos indígenas são de grande importância e trazê-los da oralidade à escrita torna-se uma oportunidade ímpar de se conhecer as maneiras, as estratégias, as articulações, as artimanhas que os Nambiquara adotaram nas múltiplas formas de viver, a descortinarem “sinais reveladores de sua existência.” A natureza da memória permite que os índios reconstruam sua concepção de vivência, segundo suas representações e teias invisíveis, e aponta-os como os próprios condutores de sua narrativa.

Agentes das frentes expansionistas trouxeram a escrita aos Nambiquara. Na década de 1960, os missionários protestantes fixaram-se na aldeia do grupo Kithãulhu. Há relatos dos índios informando que a imposição de sua crença religiosa interferiu demasiadamente na concepção mítico-religiosa dos índios. Foram proibidos de realizar seus rituais e de se adornarem. Contaram ainda que foram jogados em

fogueiras seus colares, flautas, cabaças e outros artefatos, assim como atearam fogo na Casa das Flautas.

Os linguistas traduziram a Bíblia para a língua Nambiquara, destinada aos trabalhos de evangelização. Preocuparam-se com a alfabetização dos índios, produziram cartilhas com teor religioso, ou seja, a versão, em língua Nambiquara, de quase todo o Novo Testamento, as quais, associadas às canções religiosas dos discos de vinil, faziam parte do material utilizado na conversão dos índios.

No ano de 1978, os missionários linguistas direcionaram sua produção, até então essencialmente de cunho religioso, aos textos de alfabetização, fruto de um trabalho implantado com a Funai durante o Projeto Nambikwara, que vigorou de 1975 a 1977. Cartilhas foram editadas em 1978 e destinaram-se às aulas de alfabetização em língua materna.

Em relação ao Projeto Nambikwara, o antropólogo David Price (1989) afirmou que a maior parte das tentativas de alfabetizar os índios foi mal conduzida, pois eles tentaram ensiná-los a ler em uma língua que não podiam falar, o português, além do que nenhum dos índios mantinha-se por tempo suficiente na escola para alcançar os objetivos propostos. Dados informam que muitos dos Nambiquara teriam sido alfabetizados se o programa não tivesse sido interrompido. A Funai decidiu não renovar o contrato com os linguistas, já que seus membros foram proibidos de trabalhar com os índios enquanto a questão da permanência de missionários em áreas indígenas estivesse sob a inspeção do governo brasileiro. Na opinião do antropólogo, até certo ponto, o Projeto Nambikwara foi uma alternativa ao que poderia ser feito de mais emergencial naquela época.

Após o término do projeto, a Funai não se preocupou com a continuidade da educação escolar e,

por um bom tempo, os índios ficaram sem escola. Somente na década de 1980 é que professores foram contratados para atuar em diversas aldeias. Esse projeto tentou amenizar os impactos causados pelas populações que chegaram ao entorno do território ocupado pelos Nambiquara, os quais foram responsáveis pelos empreendimentos agropastoris na área, ocasionando irreparáveis consequências aos povos nativos. Naquela época, Price (1989, p. v) denunciou ao Banco Mundial: “[...] as sociedades tribais estão sendo esmagadas com a ajuda das nações industrialmente desenvolvidas.”

Foi nesse contexto que cheguei às terras Nambiquara e nelas tive o privilégio de trabalhar com os índios Orivaldo Halotesu e Samuel Kithãulhu, que se revezaram na condução das aulas de alfabetização em Língua Materna, além de coordenarem a produção de textos didáticos (COSTA, 2009). A escolha das disciplinas, seu conteúdo e o calendário escolar foram discutidos não só com o corpo docente indígena, mas também com a comunidade. Em relação aos conteúdos, atenderam especificamente àquilo que desejaram aprender em relação ao mundo dos não indígenas. Ficou resolvido que o período letivo teria a duração de três meses, com aulas ministradas de segunda a segunda, e que duas turmas comporiam o corpo discente - turma de alfabetização e turma dos alfabetizados, à qual seriam ministrados conteúdos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Esse espaço de tempo estava inserido no calendário das atividades, a fim de não colidir com as etapas de preparo e plantio das roças, expedições de coleta, extração da borracha e outras consideradas importantes à sobrevivência física e cultural dos índios.

A turma de alfabetização em Língua Nambiquara, composta exclusivamente por crianças e adolescentes, funcionou no período matutino. Para esses alunos, a

alfabetização em Língua Portuguesa só ocorreria em outro momento, quando possuíssem certo domínio da leitura e da escrita em língua nativa. No período vespertino funcionou outra turma, composta por jovens e adultos, de ambos os sexos, a qual representou a maior parte dos alunos matriculados. Também esteve presente grande parte dos alunos da classe de alfabetização, curiosos em saber o que seus familiares faziam, ocasião em que participaram como observadores das diversas atividades. Ministrei aulas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse tempo, a maioria dos homens trabalhava na extração do látex, herança do tempo em que diversos barracões foram edificadas e seringueiros exploraram as frondosas árvores das matas ciliares do território ocupado pelos Nambiquara. Saber as quatro operações, manusear o dinheiro e a balança que pesava as barras prensadas de seringa coagulada correspondiam aos conteúdos que eles haviam escolhidos.

Nas aulas de Língua Portuguesa, num primeiro momento, concentrou-se na oralidade dos alunos, principalmente com a intenção de trazer à escola os seus saberes. A estrutura básica desse idioma consistiu no conteúdo alvo, tendo-se alcançado o objetivo de conduzir à sala de aula os índios mais velhos da aldeia e inseri-los nesse processo, numa tentativa de não me afastar da maneira pela qual os Nambiquara partilhavam seus saberes. Só após os índios terem demonstrado um interesse maior pela escrita da língua portuguesa a elaboração de pequenos textos passou a fazer parte das aulas, seguindo a linha adotada pela escola da Funai, em parceria com os missionários linguistas. Assim, assuntos da vida cotidiana e mítica dos Nambiquara e do mundo dos não índios continuaram a integrar as aulas e as produções de textos. Eram momentos em que os índios mais velhos, não alfabetizados, participavam de maneira ímpar,

principalmente ao contar histórias do tempo mítico e da vivência de seus ancestrais.

As aulas de Ciências Sociais aconteciam todos os dias, sempre à noite. Nelas praticamente toda a comunidade se fazia presente. Os conteúdos abrangiam desde a ocupação territorial dos Nambiquara do Cerrado, mesmo aquela não privilegiada pela proposta de demarcação oficial de 1968 e de 1973, até a necessidade, ou não, de os índios obterem documentos. Não havia uma pessoa predeterminada para ministrar essas aulas; outros funcionários da Funai, como o Indigenista e a Atendente de Enfermagem transmitiram conteúdos acerca da ocupação e fiscalização do território, doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo.

A escola contava com a visita da Equipe Volante de Saúde, composta por médico, odontólogo e laboratorista, que trabalharam em conjunto com a Atendente de Enfermagem da aldeia. A equipe médica corroborou com a escola, repassando informações referentes ao contato com os animais domésticos (cães e gatos) ou domesticados (papagaios, emas, seriemas, araras, pacas, cutias, quatis, macacos, dentre outros), à adoção de novos hábitos de higiene, além dos cuidados com o uso e acondicionamento dos medicamentos.

Nos demais meses do ano, a escola apresentou um caráter itinerante, quando periodicamente se dirigia às aldeias que possuíam maior número de alunos. Durante três a cinco dias eram repassados os conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, principalmente. Mais tarde, em algumas aldeias, os próprios índios construíram um espaço exclusivo para o desenvolvimento das aulas, com mesas e bancos e ao qual o quadro de giz logo foi incorporado. Essas ocasiões também culminaram com bons resultados e deram continuidade à aprendizagem efetivada no período mais formal da escola.

Também a alternativa disponibilizada pela escola para o prosseguimento do ensino foi incorporada pelos próprios alunos que moravam próximos à aldeia Sapezal, os quais frequentemente apareciam para apresentar o resultado das tarefas escolares, bem como para dirimir suas dúvidas. Para tanto, percorriam, de bicicleta, trechos de 8 a 20 km, com seu material escolar cuidadosamente acomodado, amarrado com tiras de câmara de pneu à garupa.

Depois de 1988, outros professores contratados pela Funai prosseguiram com o programa de educação junto aos grupos do cerrado. O casal de missionários linguistas, em viagens esporádicas às aldeias, continuou com a catequização, incluindo o batismo nos córregos locais, conforme documentação fotográfica de posse dos índios; os estudos linguísticos; e a retirada de jovens do convívio familiar para estudar fora da aldeia.

O Decreto nº 26, de 04 de dezembro 1991, em seu Art. 1º, Fernando Collor de Mello atribuiu “ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai.” Assim, novos professores contratados pela prefeitura de Comodoro, índios e não indígenas, aplicam, por determinação da Secretaria de Educação, o mesmo programa de ensino do município e calendário escolar, ambos descomprometidos com o modo de viver dos índios. A especificidade da educação escolar indígena, garantida em legislação, não foi levada em consideração como estabelecido no Estatuto das Sociedades Indígenas, Capítulo III, Art. 137.

Alguns índios, ainda que cientes da discrepância ideológica subjacentes à arte de ensinar, aos conteúdos ministrados e à inflexibilidade do calendário determinado pelos não indígenas, permitiam que os filhos estudassem na “escola de branco” da cidade

próxima às suas aldeias. Diariamente, bem cedinho, um ônibus escolar chegava à aldeia para conduzir os alunos à unidade escolar.

Com a presença dos missionários linguistas, os Nambiquara do Cerrado entraram em contato com a escrita, quando foram alfabetizados em sua língua materna e, posteriormente, em língua portuguesa. Ao ser indagado sobre a importância da escrita na vida Nambiquara, o índio Mané Manduca afirmou que “a gente convive com muita coisa de branco. Lá na minha casa não tem mais aquele artesanato. Só faz quando tem festa, quando tem movimento. Eu estou estudando porque quero aprender a ler, escrever, conhecer história de branco, escrever documento, projeto. Saber me defender, saber as leis, quais são os direitos dos povos indígenas. Principalmente, para eu saber me defender e defender meu povo. Essa é minha finalidade. Quero escrever minha história, história do meu povo.”

Esse relato demonstra como a vivência intermitente com a sociedade brasileira encontra-se imbricada em novos saberes, que resultam em dinâmicas culturais que eliminam os Nambiquara da clausura do passado. Para os índios, os artefatos anteriormente confeccionados para atender a suas práticas cotidianas vêm perdendo o espaço outrora ocupado, para se fazer presente somente nos rituais de iniciação à puberdade feminina e da agricultura, quando homens entoam suas flautas sagradas. Escola, viagens, rádio, televisão, celular são alguns dos instrumentos que atuam nas transformações do cotidiano Nambiquara, da paisagem da aldeia, declarando o crescimento do consumo de bens industrializados por seus moradores. Entretanto, o que é de mais precioso para o Nambiquara está guardado na memória dos mais velhos, transmitido de geração a geração pela oralidade e que, pouco a pouco, começa a ser escrito pelos jovens que detêm o conhecimento da escrita.

Ler e escrever possibilita aos Nambiquara uma posição diferenciada tanto no espaço da aldeia quanto no citadino. Conhecer a sociedade daqueles com os quais passaram a manter contato tornou-se importante. É preciso saber de que maneira vivem os brasileiros. A posse de tais saberes proporciona aos índios a possibilidade de almejar melhorias para sua família, seu povo.

Mesmo interessado na vida fora de sua aldeia, o Nambiquara precisa saber defender-se daqueles que cobiçam suas riquezas naturais, especialmente suas terras. Para isso, deve estar ciente dos seus direitos. Por último, deixa o ponto central do discurso - o mundo externo - para se preocupar com o mundo interno, os quais, porém, se ligam.

O interesse dos índios em aprender a ler e escrever não elimina a maneira que adotam para repassar conhecimentos e que é peculiar às sociedades ágrafas: a memória oral. Essa questão é esclarecida na medida em que o jovem justifica que seu interesse atende às expectativas associadas à vida fora da aldeia, às “coisas da cidade”, às reivindicações de seu povo. Descarta, portanto, a possibilidade de que a escrita possa vir a substituir a transmissão daqueles conhecimentos específicos da vida aldeã, os tradicionais, como costumam dizer. Entretanto, os índios já percebem mudanças no que diz respeito à passagem da oralidade à escrita, ao dizer que “antigamente história de índio era gravada na memória” e que os índios mais novos são muito cabeçudos, porque não conseguem guardar conhecimentos na memória como fazem os mais velhos. Ao final, afirma que “cabeça de novo tudo tonto”, ou seja, para lembrar, tem que escrever.

Os relatos dos índios indicam que a escrita pretendida pelos índios na aldeia deve prepará-los para a defesa de seus interesses e não para a vida aldeã. Alguns líderes mais velhos chegam a dividir a sua

liderança com índios mais novos, estes escolarizados. Essa divisão dá-se da seguinte forma: os assuntos internos são de responsabilidade dos primeiros, enquanto os assuntos externos recaem sobre estes últimos. A inserção da escrita na sociedade ágrafa Nambiquara vem modificando principalmente a transmissão de conhecimentos e a relação de poder entre seus membros. De certa maneira, a delegação de poder ao índio escolarizado confere-lhe prestígio e influência dentro de sua própria comunidade. Os índios, escolarizados ou não, percebem a magia da escrita. Todavia, não só o conhecimento das letras estimula os índios mais novos a frequentarem escolas. A importância da Matemática foi evidenciada pelos índios, ante os demais conteúdos, como um recurso indispensável nas transações comerciais com os homens da cidade.

Sobre o interesse das mulheres em ingressar na escola, afirmam os Nambiquara que “mulheres, moças, meninas, a parte feminina, não é que elas não têm intenção, vontade. As moças são mais envolvidas nas questões da casa. Elas acompanham as mães na roça. Elas estão mais envolvidas com a mãe. As mulheres Nambiquara são mais tímidas, são mais fechadas. Os homens são mais abertos, eles saem para fora, eles se envolvem com mais coisas de cidade, têm mais coragem. As mulheres não têm envolvimento com coisas da cidade. Os homens é que correm atrás das reivindicações.”

Determinadas “artes de fazer” dos Nambiquara adaptam-se às exigências do mundo dos brasileiros, como uma forma de resistência. Infelizmente, a escrita vem se distanciando de muitos dos interesses dos índios, tornando-se, em alguns casos, um instrumento de negação da diversidade étnica, pois se vincula ao paradigma homogêneo e assimilador que tenta encobrir uma situação de conflito. A inserção da escrita nas

aldeias apresenta-se como um vetor de interferência nas práticas culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas, atendendo, até mesmo, à expectativa desenvolvimentista dos grupos sociais que chegam de novas áreas com interesses distintos. A sociedade Nambiquara tenta se apropriar da escrita para preparar seus jovens a lidar com os membros da sociedade brasileira: registram, dentre outros, seus mitos em cartilhas de alfabetização bilíngue, de saúde para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras.

À sombra do baobá e da figueira mítica, a escrita entre os Nambiquara soa como um discurso que descaracteriza parte de seu modo de ser; proporciona aos índios um instrumento de reivindicação de seus direitos junto à sociedade nacional, especialmente em relação à proteção de seus territórios e de suas riquezas naturais. Conhecê-la favorece a ação indígena, à

medida que traz informações quanto às novas práticas de cura para as doenças dos não indígenas. Os próprios índios buscam meios de construir uma ponte entre os sistemas marcados entre oralidade e a escrita, a fim de construírem um mundo melhor, com base no convívio mais harmonioso, menos preconceituoso com o mundo globalizado da informação do conhecimento. Em seus cestos-cargueiros, os Nambiquara tentam aproximar os dois mundos: livros e cadernos integram o rol de bens preciosos da cultura Nambiquara. Ou, ainda, aprender com a generosidade do baobá, registrada na mitologia dos africanos meridionais: aproximar gentes e culturas diferentes, presenteando-as com o que há de mais precioso em seu interior: pedras preciosas, como o brilho da amizade; tecidos bordados em fios de ouro, como a linha que leva um coração a outro; colares das mais reluzentes pérolas, polidas como o amor que se dá ao próximo (SISTO, 2007).

<sup>15</sup>Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), Univag - Centro Universitário. anna-edu@hotmail.com

<sup>16</sup> O Goethe-Institut é uma entidade alemã que existe há mais de 50 anos. Está ligada ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e tem por missão a divulgação da cultura e língua alemãs em todo o mundo, bem como promover o intercâmbio cultural entre diversos países.

<sup>17</sup>Agradeço à Ana Teresa Vianna de Figueiredo Sannazzaro, do Goethe-Institut de São Paulo que, em outubro de 2009, por ocasião de sua participação na FLIMT – Feira do Livro Indígena do Mato Grosso, convidou-me para proferir esta conferência em Dakar.

<sup>18</sup> Os wolofes representam 45% dos indivíduos de uma população aproximada de 32 milhões, esta principalmente muçulmana. Têm o wolof como língua materna e o francês como oficial.

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, I).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. *O homem algodão: uma etno-história Nambiquara*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.



- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (Antropologia Social).
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias. Territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MELO NETO, João Cabral de. *Agrestes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- PRICE, Paul David. *Before the bulldozer: the Nambiquara indians & the World Bank*. Washington, Seven Locks Press, 1989.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine. *O pequeno príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 2000.
- SISTO, Celso. O coração do baobá. In: *Mãe África: mitos, lendas, fábulas e contos*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 136-140 (Lendas e contos).
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.